



Câmara Municipal de Taquarituba

Tel. (14) 3762-1179 CNPJ50.366.483/0001-10

E-mail: camara@taquarituba.sp.leg.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 02 , DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO DE PONTO PELOS OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS E DE LIVRE NOMEAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TAQUARITUBA, ESTABELECE CARGA HORÁRIA SEMANAL, REQUISITOS MÍNIMOS PARA FUNÇÕES DE COORDENAÇÃO E DIREÇÃO, DETERMINA DISPONIBILIDADE FUNCIONAL EM FINAIS DE SEMANA E FERIADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Cléber Antônio Machado, Vereador da Câmara Municipal de Taquarituba, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprova e o Prefeito sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Taquarituba, a obrigatoriedade de registro de ponto para todos os servidores ocupantes de:

I – cargos de Secretário Municipal;

II – cargos de Coordenador;

III – cargos de Chefe;

IV – demais cargos comissionados ou de livre nomeação e exoneração, em qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal.

Art. 2º Os servidores mencionados no art. 1º deverão cumprir jornada mínima de 40 (quarenta) horas semanais, com registro obrigatório de:

I – horário de entrada e saída;

II – intervalos intrajornada;

III – ausências justificadas ou não justificadas.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos de Secretário, Coordenador, Chefe e demais comissionados deverão permanecer à disposição da Administração Municipal, quando convocados para atendimento de demandas excepcionais, inclusive em finais de semana, feriados e períodos extraordinários, em razão da natureza de direção, chefia e assessoramento dos cargos.



Câmara Municipal de Taquarituba

Tel. (14) 3762-1179 CNPJ50.366.483/0001-10

E-mail: camara@taquarituba.sp.leg.br

Parágrafo único. A convocação extraordinária deverá observar os princípios da razoabilidade, necessidade e do interesse público.

Art. 4º É vedada qualquer forma de:

I – compensação informal de horários;

II – dispensa de registro de ponto;

III – flexibilização não autorizada da jornada;

IV – declarações fictícias de frequência ou registros indevidos.

Art. 5º Para o provimento do cargo de Coordenador Municipal e Chefe de Gabinete, passa a ser exigido diploma de nível superior, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Parágrafo único. A comprovação da escolaridade deverá ocorrer no ato da nomeação e será requisito indispensável para a posse.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o servidor comissionado às penalidades previstas na legislação municipal, podendo resultar, conforme a gravidade:

I – advertência;

II – suspensão;

III – exoneração;

IV – comunicação ao Ministério Público em caso de indícios de improbidade administrativa.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, definindo mecanismos de fiscalização, sistemas de controle de jornada e procedimentos de transparência.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

C.M. de Taquarituba, 12 de dezembro de 2025.

Cléber Antônio Machado
Vereador



Câmara Municipal de Taquarituba

Tel. (14) 3762-1179 CNPJ50.366.483/0001-10

E-mail: camara@taquarituba.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

(Projeto de Lei Complementar n.º 02, de 12 de dezembro de 2025)

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei Complementar busca fortalecer os mecanismos de controle, eficiência, transparência e moralidade administrativa no Município de Taquarituba, especialmente no que se refere ao regime funcional dos cargos comissionados, secretários e coordenadores.

A Administração Pública deve observar, de forma rigorosa, os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e legalidade. A inexistência de controle formal de jornada e a falta de requisitos mínimos para funções estratégicas facilita irregularidades, fragiliza o serviço público e contribui para práticas conhecidas como “cabides de emprego”, onde cargos são ocupados sem efetivo desempenho ou qualificação.

A fixação de jornada mínima de 40 horas semanais, somada à obrigatoriedade de registro de ponto, assegura:

- rastreabilidade e controle da frequência;
- cumprimento efetivo da carga horária;
- combate a ausências injustificadas;
- maior profissionalismo no desempenho das funções.

A previsão de disponibilidade funcional em finais de semana e feriados está alinhada à natureza dos cargos de direção, chefia e assessoramento, cujas responsabilidades exigem resposta rápida, capacidade de coordenação e atendimento de demandas emergenciais da população.

Adicionalmente, a exigência de nível superior para o exercício do cargo de Coordenador assegura profissionalização da gestão pública, afastando indicações meramente políticas e fortalecendo a capacidade técnica da Administração.

O conjunto dessas medidas:

- ✓ combate diretamente estruturas de favorecimento e “cabides de emprego”;
- ✓ aprimora a governança e o controle interno;
- ✓ eleva a eficiência da máquina pública;
- ✓ garante maior respeito ao erário e ao contribuinte;
- ✓ reforça a credibilidade da Administração Municipal.

Por se tratar de medida essencial ao interesse público e plenamente alinhada aos princípios constitucionais que regem a Administração, solicita-se a aprovação do presente Projeto de Lei.

C.M. de Taquarituba, 12 de dezembro de 2025

Cléber Antônio Machado
Vereador